

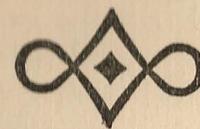
*David Ricardo c.1821
from the painting by Thomas Phillips, R.A.*

Emery Walker Ltd. ph.sc.

PRINCÍPIOS
DE ECONOMIA POLÍTICA
E DE TRIBUTAÇÃO

David Ricardo

Tradução de
MARIA ADELAIDE FERREIRA



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Tradução do texto inglês intitulado
THE PRINCIPLES OF POLITICAL ECONOMY
AND TAXATION de David Ricardo,
segundo a edição de Everyman's Library
— J. M. Dent & Sons Ltd. Publishers.
Com introdução de Michael P. Fogarty.
Londres, 1965.

Reservados todos os direitos
de harmonia com a lei.
Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.
Av. de Berna — Lisboa.

INTRODUÇÃO

David Ricardo nasceu em 1772. O pai, um judeu ortodoxo natural da Holanda, tinha-se fixado em Inglaterra e feito fortuna na Bolsa. Ainda antes de David perfazer vinte anos já começara o seu tirocínio no mundo das finanças. Por volta dos vinte e um anos tinha-se casado e também abandonado a fé judaica, o que significava separar-se do pai. Mas singrou sozinho na Bolsa e antes dos trinta anos já tinha feito uma grande fortuna. Com esta, comprou uma propriedade em Glowcestershire e, em 1819, um lugar no Parlamento. Morreu em 1823 após uma vida cheia de sucesso, mas aparentemente, monótona, isto é, considerando que se estava na época da Revolução Francesa, de Napoleão e da revolução agrícola e industrial. Ricardo foi: «um bom marido e pai, um homem afável, modesto e despretensioso, sem artificios ou presunção, nas discussões mais pronto a ouvir do que a falar, franco em reconhecer erros e em admitir culpas e ao mesmo tempo calmamente convincente e persuasivo na exposição e ilustração das suas conclusões» (F. W. Kolthammer, introdução original dos «Princípios de Economia Política e dos Impostos», Everyman ed., p. IX).

Ricardo começou a interessar-se pela teoria económica em 1799, através da leitura da «Riqueza das Nações»

de Adam Smith. Durante os dez anos seguintes estudou, a princípio superficialmente, depois mais profundamente até que em 1810, no desenvolvimento de cartas que publicou no «Morning Chronicle», escreveu o seu primeiro panfleto sobre «O elevado preço da barra de ouro». Isto impressionou os técnicos e trouxe-lhe bastante publicidade. Começou a corresponder-se com os mais reputados economistas e escritores políticos da época, incluindo Malthus, Bentham, Say e James Mill. Muitos dos seus pensamentos e contribuições para a Economia surgiram na sua correspondência, uma grande parte da qual foi só publicada pela primeira vez na presente geração. Em 1930, quando Lord Keynes elaborou um esquema para a edição definitiva dos trabalhos de Ricardo, iniciou-se uma busca das importantes séries de cartas que ainda faltavam. Uma grande caixa contendo cartas recebidas por Ricardo foi rapidamente descoberta por um dos descendentes na casa que dantes pertenceria ao seu filho mais velho. Pouco a pouco fizeram-se outras descobertas. Mas permanecia um hiato importante: as cartas de Ricardo para James Mill que são particularmente importantes para o aparecimento dos «Princípios de Economia Política e dos Impostos». A procura continuou durante anos entre os descendentes de Mill e seus testamentários e amigos espalhados pelo mundo até que, por fim, em 1943, o hiato foi preenchido. Encontrou-se uma caixa contendo as cartas que faltavam na casa situada perto de Dublin outrora pertencente a J. E. Cairnes, economista, amigo íntimo do filho de James Mill, John Stuart Mill, através do qual se presume que ele tenha ficado na sua posse.

Com a ajuda destas recentes descobertas podem juntar-se as peças para se escrever a história dos «Prin-

cípios». Ricardo nunca escreveu de boa vontade. De facto, muito do seu melhor trabalho teve de lhe ser arrancado pelos amigos. O mesmo se pode dizer dele como orador. Um dos primeiros dos seus poucos discursos no Parlamento foi pronunciado somente quando incitado pelos membros de todos os partidos da Câmara. Os «Princípios» não foram excepção. A principal força que o empurrou, neste caso, parece ter vindo de James Mill, que estava ansioso por ver Ricardo explicar mais detalhadamente os princípios implícitos no *Essay on the Influence of a Low Price of Corn on the Profits of Stock* («Ensaio sobre a Influência do baixo preço do trigo sobre os lucros dos títulos») que ele publicou nos princípios de 1815. O esquema tomou forma durante 1815. Em 1816 estava em bom andamento e em Outubro desse ano Ricardo enviou a Mill um rascunho cobrindo o que são agora os primeiros sete capítulos dos «Princípios», isto é, os capítulos respeitantes à teoria de base. Em meados de Novembro enviou um rascunho dos capítulos sobre os Impostos. Depois passou um par de meses a reler trabalhos de Adam Smith, Say e Malthus e esboçando os capítulos finais dos «Princípios» nos quais critica algumas das posições destes autores. A impressão do livro começou no fim de Fevereiro de 1817 e fez-se a sua publicação a 19 de Abril. Uma segunda e terceira edições, ambas revistas pelo próprio Ricardo, apareceram em 1819 e 1821. A presente edição baseia-se na terceira e última revisão.

Ainda antes de escrever os «Princípios», Ricardo era reconhecido como o mais saliente economista britânico do seu tempo. Os próprios «Princípios» tiveram uma influência imensa e universal. Karl Marx foi tanto discípulo de Ricardo como de Hegel. Marx repensou Ricardo, assim como Hegel, antes de se servir dele; as conclusões

de «O Capital» de Marx não são precisamente o que Ricardo desejaria. Mas o que é um facto é que «O Capital» é pura consequência da doutrina de Ricardo, desenvolvida e interpretada por um discípulo brilhante, com um fogo, rancor e habilidade na exemplificação prática que o próprio mestre nunca igualou. Ricardo tem sido lido e relido até ao presente pelos economistas não marxistas. Há muito tempo que os «Princípios» estão obsoletos como expressão do pensamento económico corrente. Desde que Jevons e Menger estabeleceram as bases da análise marginal, a Economia passou a expor, mesmo as verdades apercebidas por Ricardo, através de uma terminologia que ele desconhecia. E ele não se apercebeu, de modo algum, de toda a verdade da economia, nem mesmo de todas as suas linhas principais. Mas os «Princípios» permanecem um dos grandes documentos sobre o pensamento económico, com um lugar na história ao lado de *Wealth of Nations* (Riqueza das Nações) de Smith ou de *Principles of Population* (Princípios sobre a População) de Malthus. Lêem-se agora não pelos ensinamentos que eles possam conter mas como o documento de um dos grandes pioneiros sobre cujas limitadas e parciais conclusões se construiu o mais complexo e extenso conhecimento actual.

Deste modo, o que é que Ricardo apercebeu e realizou? Nem sempre é fácil dizê-lo. Sendo um escritor desprovido de jeito e escrevendo de má vontade, frequentemente esconde o que quer dizer ou espalha-o aos bocados através da sua obra. Diz no Prefácio que o principal problema da economia política é o da repartição do rendimento nacional entre a renda, o lucro e os salários. Mas, para o fim do livro, esclarece que só quer dizer que este é o problema mais difícil de resolver pelos econo-

mistas. O que mais interessa no funcionamento do sistema económico, explica então, é o volume da produção e o rendimento absoluto recebido por cada pessoa que nela participa. Ora ele fala acerca da subida ou descida dos salários reais e torna-se subitamente aparente que ele dá a esta frase um significado que para os leitores modernos parecerá pouco natural e distorcido. Para nós, actualmente, significa uma subida ou descida no poder de compra dos salários. Mas para ele significava uma subida ou descida na participação percentual dos salários no rendimento nacional. Ou então, à primeira leitura, parece ser um inequívoco defensor de uma teoria do valor do trabalho. Mas, à medida que se vai lendo, esta teoria aparece tratada de tal modo que um economista moderno dificilmente encontra razões de crítica. Os lucros aparecem em certas passagens como «um resíduo»; são o que resta ao agricultor, por exemplo, «depois de o proprietário da terra e de o trabalhador serem pagos». Mas noutro lado aparece, correctamente, que os lucros são o preço de oferta de serviços fornecidos pelos capitalistas e empresários. Mas, depois de se atravessar a cortina de fumo do estilo de Ricardo, descobre-se que ele está dentro da verdade com impressionante frequência. Há grandes e espantosos hiatos. Mas nos aspectos que ele expõe não é tão fácil apanhá-lo em erro.

1. A teoria de Ricardo sobre o controle económico

Um economista moderno poderia começar por perguntar o que é que Ricardo tem a dizer sobre o controle económico. Suponha-se que os consumidores e os aforradores chegaram a acordo sobre o que o sistema

económico deve produzir. Até que ponto os vários mecanismos de controle económico asseguram eficazmente esta produção? O que é que cada um deles alcançará? Vamos traduzir a resposta de Ricardo em linguagem económica moderna. A concorrência completa, efectiva ou perfeita, diz ele, fará com que os bens sejam vendidos a um preço igual ao custo marginal, no caso dos produtos agrícolas, e ao custo médio e marginal no dos produtos manufacturados. A distinção tem origem no facto de ele tratar os produtos agrícolas como sendo tipicamente produzidos em condições de custo marginal crescente — daí a existência da renda — enquanto os produtos manufacturados são produzidos a custos constantes. O custo marginal, segundo Ricardo, inclui os salários «normais», os lucros e as depreciações. Os salários ou os lucros, assim como os preços, são «normais» ou de concorrência quando são iguais ao custo marginal da oferta dos serviços em questão; ao custo do padrão de vida corrente do trabalhador marginal para cada categoria e ao custo de uma razoável compensação pelo risco e «espera» do investidor marginal. Há aqui aspectos que um economista moderno desejaria que fossem melhor explicitados ou talvez mesmo que se corrigissem erros de somenos importância. Mas, como explicitação global do que se pode esperar que aconteça em concorrência efectiva ou perfeita, o que Ricardo escreve chega bem.

Só que muito fica por explicar; há muitos domínios que ele não trata. Um economista moderno gostaria de insistir mais profundamente no que acontece quando a concorrência é menos do que perfeita. Com que frequência é ela imperfeita, de que maneira, até que ponto, quais as suas consequências? Por exemplo, quantas vezes se deram situações em que os bens ou serviços são pro-

duzidos não em condições de custos constantes mas antes decrescentes, de modo que há uma tendência para o tamanho das fábricas ou departamentos se expandirem até que se chega a um grau elevado de oligopólio ou mesmo a uma situação de monopólio? E mesmo quando a concorrência é perfeita, não há tantas coisas que não se espera que ela resolva? Pode-se esperar conseguir decisões correctas em casos em que muitos dos resultados ou custos a serem tomados em consideração são tão longínquos ou tão largamente dispersos de modo que se desconhecem ou não são imediatamente importantes para as pessoas que, em condições de concorrência, teriam de tomar decisões? O que pensar dos ciclos económicos, ou do planeamento urbano ou da sobrevivência e desenvolvimento das comunidades locais? Ou acerca daqueles aspectos de distribuição do rendimento e riqueza que não são imediatamente evidentes digamos, por exemplo, numa discussão de salários individuais e portanto susceptíveis de passarem despercebidos quando esta é efectuada? Ou pode-se confiar tanto, como Ricardo parece fazer, em que a concorrência oferece vantagens suficientes para induzir os pioneiros a inovar, derrubando os processos e as estruturas sociais existentes que se lhe oponham? A concorrência *força* à conformidade com os padrões existentes, mas somente oferece a oportunidade e algum estímulo para o avanço em novos domínios. Não existe uma «concorrência dos estúpidos» na qual todos se conformam com os padrões existentes mas ninguém é capaz de os ultrapassar?

Ricardo não ignorava estes pontos. Estava perfeitamente consciente de que é possível o monopólio parcial ou total. Não negou que algumas funções económicas estão para além da alçada dos indivíduos e da concorrên-

cia e que precisam de ser realizadas pela comunidade. Nos capítulos sobre as «súbitas mudanças nas correntes comerciais» e «sobre o equipamento» mostrou-se consciente pelo menos de alguns dos escolhos que se podem deparar nas mudanças estruturais de uma economia quando são produzidas unicamente pela concorrência. Mas nestes capítulos o seu tratamento é menos seguro e a análise é muito mais esporádica do que na discussão da concorrência efectiva ou perfeita.

Isto também se aplica a outra questão que preocupa os economistas modernos. Se a concorrência desaparece parcial ou totalmente, o que é que a substitui? Um compêndio moderno não pode deixar de considerar pormenorizadamente os problemas de direcção económica pelo Estado, entidades públicas ou grandes companhias privadas. Também deve discutir os processos de consulta na empresa, ao nível da indústria, entre o Governo e a indústria e ao nível internacional. E deve ensinar a escolher o mecanismo apropriado a cada caso e a fiscalizar o seu funcionamento. Neste domínio, Ricardo tem algumas coisas úteis para ensinar, especialmente na sua longa discussão sobre os impostos e subsídios e o seu efeito sobre o volume das transacções e da poupança. Porém, não se encontra em Ricardo a maior parte das coisas que um economista diria actualmente sobre estes assuntos.

2. A teoria de Ricardo sobre a escolha dos objectos

Evidentemente que o problema da economia não é unicamente descobrir como são levadas a cabo decisões tomadas sobre o que é desejável. É também mostrar como se chega a estas decisões e como podem ser influen-

ciadas. O que conduz as pessoas a consumirem o que consomem, a investirem o que investem, a aceitarem um maior ou menor grau de dependência do comércio externo? Até que ponto os estímulos actuantes em situações de concorrência, de direcção estatal ou monopolística ou através do sistema de consulta conduzem as pessoas às decisões que eles realmente desejam?

Para Ricardo, o padrão de consumo e poupança é determinado — utilizando outra vez uma terminologia moderna — por cinco factores, pelo menos.

(1) A utilidade marginal de qualquer produto diminui à medida que aumenta a sua quantidade. Ricardo nem sempre é coerente a este respeito. Há passagens em que ele parece considerar que o dobro da quantidade de um produto ou serviço tem, para o seu possuidor, o dobro da utilidade.

(2) Os padrões de consumo variam com a alteração do rendimento.

(3) Os grupos ou classes sociais têm solidariedade e costumes próprios. Diríamos hoje que as preferências são interdependentes.

(4) A estabilidade ou instabilidade sociais também influenciam o consumo e a poupança. O estável e relativamente seguro trabalhador inglês é posto em contraste com as «vicissitudes e misérias» na Irlanda ou Polónia.

(5) A estrutura social, as normas de conduta e os tipos de personalidade que estão implícitos nos factores precedentes podem-se alterar ou, talvez, não se alterarem suficientemente. O problema de um país subdesenvolvido é muito provavelmente a «ignorância, indolência e barbárie dos seus habitantes» assim como o seu «mau governo... insegurança da propriedade» e a «falta de cultura em todos os níveis da população».

Actualmente desejar-se-ia agrupar o que Ricardo escreveu sobre estes assuntos em passagens dispersas e de o redigir com mais exactidão. Agora seria possível, com frequência, dar mais precisão estatística às suas ideias, por exemplo, à ideia dos padrões de consumo que se alteram à medida que o rendimento aumenta. E, actualmente, um economista daria mais atenção do que Ricardo ao efeito sobre os padrões de consumo e poupança das grandes parcelas indivisíveis de despesa a partir das quais se pode ter de elaborar um orçamento; por exemplo, a compra e conservação de uma casa ou de um carro. Mas, em grande parte, isso consistiria em aperfeiçoar o trabalho de Ricardo e não em trazer novidades. A sua argumentação é fraca e está espalhada por muitas passagens dispersas dos «Princípios» mas é fundamentalmente correcta.

No caso do investimento, Ricardo volta a confiar na concorrência. Em condições de concorrência completa ou perfeita, argumenta ele, a poupança será investida nas actividades em que o valor da produtividade marginal do capital é mais elevado. Em qualquer país, o valor da produtividade marginal do capital não diminui unicamente por causa de um aumento na proporção do capital relativamente à população, porque a oferta de trabalho é altamente elástica. Se a procura de trabalho aumentar, a taxa de natalidade também aumentará. O aumento do número de trabalhadores acompanhará o aumento do capital e os valores da produtividade marginal de ambos não sofrerão alteração. Se só houvesse isto a tomar em consideração, podia-se investir um montante ilimitado de capital sem diminuir o incentivo para investir. Mas, acrescenta Ricardo, os trabalhadores alimentam-se e os produtos alimentares são produzidos frequentemente

em condições de custos marginais crescentes. Quando assim acontece, isto é, a não ser que haja terra fértil disponível em quantidades ilimitadas ou que se verifique uma sucessão de inovações nas técnicas de cultura — os salários terão de subir à medida que aumenta o número de trabalhadores, pois os trabalhadores têm um nível de vida a que estão habituados e «é impossível conceber que o valor dos salários, em termos monetários, diminua ou permaneça estacionário com o preço dos bens de primeira necessidade gradualmente crescente». Segue-se então um raciocínio semelhante — embora não aconteça pelas mesmas razões — ao que os modernos economistas descrevem na teoria da concorrência imperfeita. Para se obter o rendimento líquido de um investimento deve-se deduzir ao valor bruto da produtividade marginal do capital o aumento da despesa em salários por unidade de capital resultantes do aumento no número de trabalhadores requeridos pelo investimento marginal e pelo consequente aumento no nível de salários pagos a todos os trabalhadores. À medida que o investimento aumenta, o número de trabalhadores aumenta também, os preços dos produtos alimentares e consequentemente os salários elevam-se cada vez mais e o rendimento líquido marginal do capital torna-se cada vez menor. O investimento é desincentivado e, eventualmente, desaparece. À medida que o investimento diminui, também diminui a poupança pois o rendimento ou é investido ou consumido; o que se não investe é gasto em bens de consumo.

Podem verificar-se, evidentemente, com o que Ricardo concorda, divergências temporárias em relação a estas tendências gerais. Por exemplo, a população pode levar algum tempo para acompanhar a acumulação de capital. Pode haver oscilações na transição de um modelo

de transacções para outro. Uma súbita mudança como, por exemplo, a que acontece ao findar um activo período de guerra (o exemplo de Ricardo) pode causar um desvio temporário. Ou a mecanização pode dispensar trabalho e dependerá da maneira como são empregados os rendimentos acrescidos dos que beneficiam de preços mais baixos ou lucros mais elevados — neste caso dependem de que eles façam logo poupanças adicionais e criem novas oportunidades de emprego — de quão rapidamente, caso isso possa acontecer, os trabalhadores que ficaram sem ocupação poderem ser reabsorvidos.

Sob muitos aspectos, esta é a parte menos satisfatória dos «Princípios». Toda a argumentação é confusa e mesmo no que diz respeito ao investimento em concorrência completa ou perfeita se pode demonstrar que Ricardo está várias vezes errado. É verdade que, na sua época, o aumento da população acompanhava o crescimento do capital, no caso particular da Inglaterra. Mas não há razão para supor que assim seja em todos os casos, aliás como Ricardo reconhece noutros contextos; e, de facto, frequentemente assim não sucede. Consequentemente, o valor da produtividade marginal do capital pode descer, e frequentemente assim acontece, mesmo quando não se põe o problema de os custos crescentes dos produtos alimentares obrigarem a aumentar a quota do trabalho no rendimento nacional. Por outro lado, não se segue que, se os produtos alimentares são produzidos com custos marginais crescentes, um aumento na procura de produtos alimentares e, portanto, um aumento do seu custo e preço conduza, em concorrência efectiva ou perfeita, a uma correspondente elevação dos salários em termos monetários e diminuição na produtividade líquida marginal do capital. Isso só aconteceria se o

número de trabalhadores aumentasse menos do que proporcionalmente em relação ao aumento do capital e se o valor da produtividade marginal dos trabalhadores empregados aumentasse, portanto, até que igualasse o novo nível de salários. Isto pode acontecer e, de facto, assim sucede na prática, mas não é o que Ricardo admite. Na sua análise considera que o número de trabalhadores aumenta proporcionalmente ao aumento do capital. Onde esta hipótese se verificar, na falta de controle estatal ou sindical, é perfeitamente possível que a concorrência force os salários a descerem para o nível de subsistência habitual ou até mesmo abaixo dele. Além disso, quando, por qualquer razão, diminui o valor da produtividade marginal do capital e o investimento é desincentivado, de modo algum se pode concluir que a poupança diminui correspondentemente ou que os fundos desviados do investimento sejam utilizados no consumo. Como Keynes salientou, há uma alternativa para o investimento e o consumo — a liquidez. As poupanças não investidas podem ficar simplesmente imobilizadas. Frequentemente, terão como consequência depressões cíclicas e subdesenvolvimento crónico: problemas muito mais importantes e persistentes do que os escolhos temporários que Ricardo considerou.

Tudo isto não prejudica a seguinte crítica: como de costume, Ricardo discorre em condições de concorrência mas não apresenta argumentos satisfatórios tanto no caso em que a concorrência, no mercado de capital, é menos do que perfeita, como naqueles em que não seria de esperar que a concorrência permitisse que se fizessem os investimentos adequados. Em consequência, ele também não discute sobre o equipamento o qual, em casos como estes, deveria orientar o investimento.

As ideias de Ricardo sobre os factores económicos na política populacional são mais profundas do que as suas referências acidentais deixam sugerir quando discute o investimento. É verdade que insiste com demasiada força na elevada elasticidade do crescimento da população. Um pequeno encorajamento provocado pela subida dos salários, ou um pouco menos de severidade nas Leis dos Pobres (*Poor Laws*) parece-lhe capaz de provocar uma enxurrada de «casamentos imprevidentes» e conseqüente prole. Porém, também compreende com clareza que em circunstâncias favoráveis o que quer dizer, acima de tudo, nos casos em que é elevada a elasticidade da oferta dos produtos alimentares, a poupança e o investimento podem crescer com suficiente rapidez de modo a manter o crescimento do rendimento nacional superior ao da população. Acrescenta ele que se pode atingir esta situação se os trabalhadores puderem ser persuadidos a adquirir preferências por novos produtos e por um nível de vida mais elevado e se o público puder ser condicionado de modo a desaprovar os que se casam com fracos recursos. Nos tempos que correm, ele teria escrito sobre o controle da natalidade, mas, no sentido actual, havia muito pouca coisa desse género para ele se preocupar, no seu tempo. Ele esclarece que está a argumentar puramente em termos económicos, isto é, sob a hipótese de que um rendimento mais elevado representa um maior bem-estar. Deixa para outros a apreciação dos argumentos não económicos a favor do crescimento da população mesmo com algum prejuízo para o interesse económico. Em todo este domínio, a estatística moderna permite uma visão mais clara do que o que foi dado observar tanto a Ricardo como ao seu contemporâneo Malthus. Actualmente podemos ver porquê e de que maneira foi

excepcional o crescimento populacional que parecia submergir a Inglaterra na sua época e mesmo um pouco depois. Os argumentos de Ricardo também foram desenvolvidos e aperfeiçoados sob outras formas. Porém, as suas ideias fundamentais sobre a população são mais seguras do que deixam sugerir algumas referências menos cuidadosas a seu respeito.

Falta uma última questão sobre os objectivos. Qual a dependência do comércio externo desejável? E que pensar a respeito dos conseqüentes problemas de moeda e câmbio? Neste domínio, a posição de Ricardo é muito semelhante à do controle económico. Expõe correcta e convincentemente as vantagens do comércio internacional e das trocas livres e multilaterais assentes num rígido estalão-ouro. Estabelece a teoria dos custos comparativos e descreve o equilíbrio dos pagamentos com taxas de câmbios livres e o ajustamento automático dos níveis de preços, lucros e salários aos movimentos do comércio internacional num padrão-ouro. Explica como o valor da moeda depende da sua quantidade em circulação embora não dê suficiente importância às possíveis variações na velocidade de circulação. Porém, como anteriormente, não discute adequadamente aquele conjunto de problemas de comércio internacional e de trocas que a concorrência só parcialmente resolve, ou mesmo não soluciona, e que cada vez mais têm preocupado tanto os economistas como os profissionais nos tempos mais recentes. Os cartéis internacionais, a desigual distribuição internacional do rendimento e da riqueza, o impacto internacional dos ciclos económicos, a estabilização do mercado de produtos primários, a necessidade de serviços internacionais de investigação, estatística e planeamento, a necessidade de auxiliar as bases económicas de países ou

regiões, ou de revolucionar as estruturas económicas e sociais de áreas subdesenvolvidas — estes problemas entram principalmente na mente de Ricardo, quando entram, na medida em que são ou deveriam ser solucionados pela concorrência. O mundo moderno aprendeu que eles não podem ser também resolvidos sem o emprego de mecanismos não-concorrenciais — o que põe novamente a questão de saber-se qual o mecanismo mais adequado para solucionar cada problema no seu contexto e de como se poderá estabelecer e fiscalizar um código de comportamento capaz de favorecer o emprego dos mecanismos aprovados e de desencorajar o resto. Porém, só com muito boa vontade se poderão encontrar muitas ideias deste género nos «Princípios» de Ricardo.

3. O fim e o método da economia

Finalmente, qual é o fim e o método da ciência económica? Para Ricardo, o fim da actividade económica é aumentar aquilo a que ele chama riqueza do país e que actualmente denominaríamos rendimento nacional real. Do seu ponto de vista, o problema mais delicado da ciência económica consiste na decisão da maneira como este rendimento deve ser dividido pelos diferentes factores de produção *quem* deve receber *o quê* e *através de que* mecanismos. Este problema é resolvido de uma maneira puramente científica pelo estabelecimento de hipóteses bem definidas, tais como a concorrência perfeita, e raciocinando a partir delas para se ver a que conclusões conduzem. Naturalmente, as hipóteses são sugeridas e confrontadas também com as condições observadas no funcionamento da economia. Actualmente podemos aceitar

esta análise: só que estabelecemos as suas implicações com mais exactidão e chegamos ao resultado desejado com melhores ferramentas. A economia do bem-estar investigou mais profundamente do que Ricardo poderia fazer o que constitui o «bem-estar económico» e a relação que ele tem com o «bem-estar» em geral.

As outras ciências sociais acompanharam o desenvolvimento da economia e tornaram-se adultas — política, antropologia, sociologia, psicologia e ciências com raízes mais heterogêneas, tais como demografia, administração pública ou relações industriais. Em consequência, o papel dos economistas pode ser actualmente definido com maior precisão do que no século dezanove e estes podem proceder ao intercâmbio de contribuições com os outros investigadores das ciências sociais. O ferramental estatístico dos economistas foi largamente aperfeiçoado. A contabilidade ligou-se à teoria económica dando assim origem à contabilidade social e à econometria. Ricardo passou muito tempo à volta da questão — seria mais correcto chamar-lhe hipótese — de um padrão de vida «invariável». Não o encontrou; nem os economistas modernos. Mas estes aproximaram-se bastante mais do assunto, através do emprego de números índices, do que ele jamais poderia ter conseguido.

Deixa-se este livro com a sensação de se ter estado em contacto com um grande homem na verdadeira acepção da palavra. Ricardo foi indubitavelmente um escritor desajeitado e sem graça. A sua terminologia está hoje em dia desactualizada. Só raciocinou com clareza no campo limitado da concorrência. Mas quem romper a barreira da linguagem e chegar a conhecê-lo bem, verificará que, no seu domínio particular e tendo em consideração a época, ele via na verdade com muita

clareza. Os alicerces que ele construiu foram bons e outros puderam sobre eles edificar. Mais recentemente, formulou-se a teoria da concorrência perfeita ou efectiva numa linguagem nova, e dela se derivou para novos domínios; mas não houve alteração na sua essência. E embora se tenham adquirido novas ferramentas e novos conhecimentos de economia, ainda praticamos essencialmente o mesmo método científico que Ricardo empregou nos tempos iniciais; um método seco, talvez, e frequentemente repulsivo, porém o único alicerce seguro.

MICHAEL P. FOGARTY

BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA

The Works and Correspondence of David Ricardo (ed. Staffa), Cambridge, 1951: 9 volumes e um volume de material bibliográfico. É uma edição completa e definitiva. As principais obras de Ricardo são as seguintes:

The High Price of Bullion, 1810; *A Reply to Mr. Bosanquet's Practical Observations on the Report of the Bullion Committee*, 1811; *Essay on the Influence of a Low Price of Corn on the Profits of Stock*, 1815; *Proposals for an Economical and Secure Currency*, 1816; «*Essay on the Funding System*» (in *Supplement to the Encyclopaedia Britannica*), 1820; *Principles of Political Economy and Taxation*, 1817; 2.^a edição, 1819, 3.^a edição, 1821; *On Protection to Agriculture*, 1822; *Plan for the Establishment of a National Bank*, 1824.

Ver N. S. Patten: *Malthus and Ricardo*, 1889.

Índice Geral

- 5 Introdução por Michael P. Fogarty
25 Prefácio original
29 Advertência à terceira edição

CAPÍTULOS

- 31 ✓ I. Sobre o valor
73 ✓ II. Sobre a renda
93 III. Sobre a renda das minas
97 ✓ IV. Sobre o preço natural e o preço de mercado
103 × V. Sobre os salários
121 × VI. Sobre os lucros
143 × VII. Sobre o comércio externo
169 VIII. Sobre os impostos
175 IX. Impostos sobre os produtos agrícolas
195 X. Impostos sobre a renda da terra
199 XI. Dízimos
205 XII. Imposto sobre a terra
217 XIII. Impostos sobre o ouro
229 XIV. Impostos sobre as casas
235 XV. Impostos sobre os lucros
247 XVI. Impostos sobre os salários
279 XVII. Impostos sobre os produtos não agrícolas
297 XVIII. Contribuições para os pobres
305 XIX. Sobre as alterações súbitas nas correntes comerciais
317 ✓ XX. Valor e riqueza; suas características distintas

333	✕ XXI.	Efeitos da acumulação sobre os lucros e o juro
347	XXII.	Prémios às exportações e proibição de importação
369	XXIII.	Sobre os prémios à produção
377	✕ XXIV.	A doutrina de Adam Smith sobre a renda da terra
391	✕ XXV.	Sobre o comércio colonial
401	✕ XXVI.	Sobre o rendimento bruto e o rendimento líquido
407	✕ XXVII.	Sobre a moeda e os bancos
431	XXVIII.	Sobre o valor relativo do ouro, dos cereais e do trabalho nos países ricos e nos países pobres
439	XXIX.	Impostos pagos pelo produtor
443	✕ XXX.	Sobre a influência da oferta e da procura sobre os preços
449	✕ XXXI.	Sobre as máquinas
463	✕ XXXII.	As opiniões de Malthus sobre a renda da terra
499		Índice alfabético

Esta tradução portuguesa
dos PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA
E DE TRIBUTAÇÃO de David Ricardo
foi composta e impressa
nas oficinas da Atlântida Editora, de Coimbra,
para a Fundação Calouste Gulbenkian.
A tiragem é de 2 000 exemplares encadernados.
Janeiro de 1975.